

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	9
APRESENTAÇÃO À 2. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	11
PREFÁCIO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO – J. P. SEPÚLVEDA PERTENCE.....	13
LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	33
1. TEORIA GERAL DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	35
1.1 Fundamentos da tutela coletiva.....	35
1.2 Conceito.....	37
1.3 Adequação.....	38
1.3.1 Interesses difusos e coletivos .....	38
1.3.2 Direitos individuais homogêneos.....	39
1.3.3 Relevância social .....	40
1.3.4 Danos e sua abrangência .....	43
1.4 Confronto com outras ações.....	43
1.4.1 Ação popular .....	43
1.4.2 Ação civil coletiva .....	44
1.4.3 Ação civil de improbidade administrativa.....	46
1.5 Bens tutelados.....	49
1.5.1 Meio ambiente.....	50
1.5.2 Consumidor .....	51
1.5.3 Patrimônio cultural .....	52
1.5.4 Infração da ordem econômica .....	54
1.5.5 Infração da economia popular .....	58
1.5.6 Patrimônio público e social.....	59
1.5.7 Criança e adolescente.....	60
1.5.8 Pessoas portadoras de deficiência .....	62
1.5.9 Investidores no mercado de valores mobiliários .....	63
1.5.10 Populações indígenas e minorias .....	64
1.5.11 Moralidade administrativa .....	66
1.5.12 Combate à improbidade administrativa .....	68
1.5.13 Engenharia genética .....	76

1.5.14	Direitos sociais dos trabalhadores .....	78
1.5.15	Ordem urbanística.....	80
1.5.16	Estatuto do Idoso .....	83
1.5.17	Estatuto de Defesa do Torcedor.....	83
1.5.18	Serviços públicos.....	84
1.5.19	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo .....	85
1.6	Alguns pontos controvertidos.....	86
1.6.1	Controle incidental de constitucionalidade .....	86
1.6.2	Ação civil pública em matéria tributária .....	88
1.6.3	Implementação de políticas públicas .....	93
1.6.4	Anulação de ato administrativo .....	102
2.	COMPETÊNCIA E FORO COMPETENTE .....	104
2.1	Competência .....	104
2.1.1	Justiça Federal.....	105
2.1.1.1	Interesse da União .....	108
2.1.1.2	Foro competente para as ações ajuizadas pelo MPF.....	109
2.1.2	Justiça Estadual .....	113
2.1.3	Justiça do Trabalho.....	114
2.1.4	Justiça Eleitoral .....	114
2.1.5	Competência concorrente .....	115
2.1.6	Competência originária.....	115
2.2	Foro competente.....	116
2.3	O cancelamento da Súmula STJ 183: análise e crítica, posição do STF e do STJ .....	117
2.4	Foro por prerrogativa de função .....	121
2.4.1.	Ação civil pública de improbidade contra agentes políticos.....	125
3.	LEGITIMAÇÃO DAS PARTES .....	129
3.1	Legitimidade ativa.....	129
3.1.1	Ministério Público.....	130
3.1.1.1	Ministério Público Federal.....	133
3.1.1.2	Ministério Público Estadual .....	134
3.1.1.3	Delimitação das áreas de atuação .....	134
3.1.1.4	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos ...	139
3.1.1.5	O inquérito civil.....	143
3.1.1.6	O Ministério Público como fiscal da lei .....	145
3.1.1.7	Sucumbência do Ministério Público .....	146

3.1.2	União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Defensoria Pública.....	147
3.1.3	Autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades e economia mista .....	149
3.1.4	Associações .....	150
3.1.5	Sindicatos .....	151
3.2	Litisconsórcio facultativo.....	153
3.3	Assistência .....	156
3.4	Desistência infundada ou abandono .....	156
3.5	Legitimação passiva .....	157
3.6	Novos aspectos controvertidos .....	157
3.6.1	Legitimidade do Procurador-Geral de Justiça .....	157
3.6.2	Legitimidade exclusiva do Procurador-Geral da República: Atuação no STF .....	159
3.6.3	Inversão do ônus da prova em favor do Ministério Público .....	160
3.6.4	Inversão do ônus da prova em matéria ambiental ....	161
4.	AÇÃO CAUTELAR, LIMINAR E TUTELA ANTECIPADA.....	164
4.1	Generalidades .....	164
4.2	As ações cautelares.....	164
4.3	A liminar na ação principal.....	166
4.4	A tutela antecipada .....	168
4.5	Liminar ou antecipação de tutela de âmbito nacional.....	169
5.	PEDIDO E OBJETO .....	172
6.	O PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	175
6.1	Poderes investigatórios .....	175
6.2	Inquérito civil .....	176
6.2.1	Conceito e natureza jurídica .....	177
6.2.2	Fases do inquérito civil .....	178
6.2.2.1	Instauração .....	178
6.2.2.2	Instrução .....	178
6.2.2.3	Conclusão.....	179
6.2.3	Visão da jurisprudência sobre os elementos do conceito.....	181
6.2.3.1	Procedimento administrativo .....	181
6.2.3.2	Presidência do Ministério Público.....	182
6.2.3.3	Busca de elementos de convicção.....	183

6.2.3.4	Prescindibilidade do inquérito civil .....	183
6.2.3.5	Não ofensa à liberdade de locomoção .....	184
6.2.4	Valor da prova colhida no inquérito civil.....	184
6.2.5	Impedimento e suspeição.....	185
6.2.6	Contraditório e ampla defesa .....	188
6.2.7	A questão do sigilo.....	189
6.2.8	Competência originária dos Tribunais .....	194
6.3	Notificação .....	195
6.4	Requisições .....	196
6.5	Recomendações.....	197
6.6	Audiências públicas .....	199
6.7	Atuação do MP perante os Tribunais Superiores .....	200
7.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU .....	203
7.1	Generalidades .....	203
7.2	Responsabilidade objetiva.....	204
7.3	Responsabilidade subjetiva .....	205
7.4	Pressupostos da responsabilidade .....	205
8.	SENTENÇA.....	206
8.1	Generalidades .....	206
8.2	Condenação em dinheiro.....	206
8.2.1	O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos .....	207
8.2.2	O Conselho Federal Gestor do FDD .....	208
8.3	Obrigação de fazer ou não fazer.....	209
9.	RECURSOS.....	210
9.1	Recursos cabíveis .....	210
9.2	Efeitos dos recursos .....	211
9.3	Desistência de recurso .....	212
9.4	Normas aplicáveis ao agravo.....	213
10.	LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA .....	214
10.1	Inteligência do art. 15 .....	214
10.2	Liquidação de sentença.....	215
10.2.1	Legitimidade.....	215
10.2.2	Interesses difusos ou coletivos .....	215
10.2.3	Direitos individuais homogêneos.....	215
10.2.4	Liquidação coletiva .....	216
10.3	Execução de obrigação de fazer, não fazer ou entregar .....	217

10.3.1	Legitimidade.....	219
10.3.2	Execução específica.....	219
10.3.3	Multa diária.....	220
10.4	Execução de condenação em dinheiro.....	221
10.4.1	Legitimação para promover a execução .....	222
10.4.2	Interesses difusos ou coletivos .....	222
10.4.3	Direitos individuais homogêneos.....	222
10.4.4	Abandono da execução .....	223
10.5	A execução contra a Fazenda Pública.....	223
10.6	Prescrição: Execução individual em ação coletiva.....	224
11.	COISA JULGADA.....	225
11.1	Generalidades .....	225
11.2	Coisa julgada em ação que tutela interesse difuso.....	225
11.3	Coisa julgada em ação que tutela interesse coletivo .....	227
11.4	Coisa julgada em ação que tutela direito individual homogêneo.....	227
11.5	Alteração da Lei 9.494/97 .....	228
11.6	Alteração da Medida Provisória 1.906/99, atual 2.180-33/2001 .....	232
12.	OUTROS ASPECTOS PROCESSUAIS.....	234
12.1	Sucumbência.....	234
12.2	Adiantamento de custas e despesas processuais .....	236
12.3	Litigância de má-fé.....	237
12.4	Honorários periciais.....	239
12.5	Compromisso de ajustamento de conduta .....	239
12.6	Denúnciação da lide.....	241
12.7	Prescrição.....	242
12.7.1	Prescrição da ação civil pública: vintenária ou quinquenal? .....	243
12.8	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	245
12.9	Aplicação integrada do Código de Defesa do Consumidor ...	245
	BIBLIOGRAFIA .....	247
	ÍNDICE DOS ASPECTOS CONTROVERTIDOS.....	255